



## **AÇÕES DE DIFUSÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO SUDESTE DO BRASIL**

Dissemination actions in state public archives in Southeast Brazil

**LAYSA COSTA SILVA<sup>1</sup>**  
**PRISCILA RIBEIRO GOMES<sup>2</sup>**

### **Resumo**

O presente estudo teve como objetivo mapear as atividades de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro, a saber: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e Arquivo Público Mineiro (APM). Primeiramente investigou-se a existência de políticas que estabeleçam diretrizes para difusão nas instituições. Em seguida, analisou-se os sites oficiais e os relatórios anuais dos arquivos, buscando identificar as atividades realizadas pelo campo empírico, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19, que teve início no começo de 2020 e forçou grande parte do mundo a adotar o isolamento social como estratégia para prevenção e evitar a disseminação da doença. Esta pesquisa se configurou como investigativa, qualitativa e descritiva. Investigativa por analisar as atividades realizadas pelas instituições; qualitativa por compreender a qualidade dos dados encontrados; e descritiva por averiguar e descrever, de maneira aprofundada, as ações de difusão realizadas nos arquivos selecionados. Vale mencionar também que este estudo buscou evidenciar a relevância da comunicação entre os arquivistas e os indivíduos no processo de ensino e aprendizagem e no entendimento do arquivo como um espaço de diálogo. Por fim, os resultados obtidos indicaram que as instituições buscaram se atualizar na forma de difundir seus acervos, diante dos novos desafios enfrentados pela pandemia. No entanto, constatou-se que as

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ/UNIRIO). <https://orcid.org/0009-0007-3546-1965>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos (UNIRIO). <https://orcid.org/0000-0002-8036-5418>.



ações de difusão ainda são pouco destinadas ao público leigo, que as políticas que dissertam sobre o tema ainda são escassas e que são poucas as instituições que possuem setores responsáveis exclusivamente por tais ações.

### **Palavras-chave**

Arquivos Públicos Estaduais. Difusão. Função Social. Ações Educativas.

### **Abstract**

The present study focus on mapping the dissemination activities carried out in the public archives of the states that are part of the Southeast region of Brazil, more precisely: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e Arquivo Público Mineiro (APM). First, it was investigated the existence of policies establishing guidelines for dissemination of archives in these institutions. Then, the official websites and annual reports of the archives were analyzed to identify the activities carried out in the empirical field, especially in the context of the COVID-19 pandemic, which began in early 2020 and forced a large part of the world to adopt social isolation as a strategy for prevention and disease control. This research is characterized as investigative, qualitative, and descriptive. Investigative due to the analysis of the activities carried out by the institutions; qualitative due to the interpretation and understanding of the quality of the data found; and descriptive due to the examination and detailed description provided of the dissemination activities carried out in the selected archives. It is worth mentioning that this study aimed to highlight the importance of communication between archivists and individuals in the teaching and learning process, as well as in understanding the archive as a space for dialogue. Finally, the results obtained indicated that the institutions want to update their methods of disseminating their collections in response to the new challenges imposed by the pandemic. However, it was found that dissemination activities are still limited for the general public, that policies addressing the subject are scarce, and that few institutions have dedicated departments responsible exclusively for such actions.

### **Keywords**

State Public Archives. Diffusion. Social Role. Educational Actions.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do aumento na produção documental, é importante que os arquivos sejam responsáveis não apenas pela guarda da documentação, mas também pela preservação e divulgação da memória de uma sociedade. Desenvolver atividades que atraiam a população para os acervos é uma forma de potencializar o acesso às informações contidas nos arquivos. Diante disso, este estudo se propõe a discorrer sobre a relevância da difusão dos documentos arquivísticos.

É necessário também refletir sobre como os arquivos estão inseridos na vida dos cidadãos comuns. As ações de difusão, se realizadas de forma correta, atrairão o público leigo para os seus espaços. Este público, mencionado anteriormente, muitas vezes não conhece o arquivo e não sabe que aquele espaço também é seu por direito e que pode ser acessado. Então, será através da difusão que o arquivo poderá ser visto como um ambiente importante para a sociedade como um todo e não apenas para uma parcela privilegiada da população.

Este artigo, que é um recorte do trabalho de conclusão de curso desenvolvido no âmbito de programa de pós-graduação strictu sensu, parte do pressuposto de que a difusão ainda é um tema pouco abordado na Arquivologia e nas atividades dos arquivos. A partir disso, a pergunta norteadora deste estudo é a seguinte: Quais são as iniciativas dos arquivos públicos estaduais com o intuito de promover a difusão dos seus acervos?

A partir desta pergunta, o objetivo principal deste trabalho é mapear as atividades de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro. Assim, será possível compreender quais ações são recorrentes ou não em cada instituição, quais mudanças ocorreram ao decorrer dos anos e o que é semelhante ou distinto entre as atividades de difusão dos arquivos. Para tal, teremos como objetivos específicos: a) investigar e analisar os instrumentos normativos que os arquivos públicos estaduais possuem que estabeleçam diretrizes para difusão na instituição; b) verificar, através do organograma das instituições, a presença de um setor com competência voltada exclusivamente para ações educativas; e c) elencar, através da análise dos sites oficiais e dos relatórios anuais das instituições, as atividades realizadas pelo campo empírico.

Foi delimitado como campo empírico os quatro arquivos públicos estaduais que se encontram localizados no Sudeste do Brasil (Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ; e Arquivo Público Mineiro - APM). Tal delimitação



ocorreu, principalmente, em virtude da possibilidade de analisar os arquivos na mesma esfera de poder e, também, pela representatividade das instituições quanto à atuação no acesso à informação pública.

Para elaboração desta pesquisa, foi realizado um recorte cronológico entre os anos de 2018 até 2021. Desta forma, foi possível ter um esclarecimento de como as instituições se portaram dois anos antes da pandemia (2018 e 2019) e durante a pandemia (2020 e 2021). É fundamental ressaltar que a mencionada pandemia teve início no começo de 2020 e ocorreu devido ao COVID-19, ou Coronavírus, que forçou grande parte do mundo a adotar o isolamento social como estratégia para prevenção. Nesse contexto, foi necessário realizar algumas mudanças na forma de difundir os acervos, já que diversas atividades presenciais foram suspensas.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram de cunho investigativo, qualitativo e descritivo. A pesquisa é investigativa, pois analisa, através de um levantamento online, baseado principalmente em sítios eletrônicos das instituições arquivísticas mencionadas, as atividades de difusão realizadas em cada uma. Apresenta-se qualitativa por compreender a qualidade dos dados encontrados. E, também, é utilizada a metodologia descritiva com o intuito de averiguar e descrever as ações de difusão realizadas no Arquivos selecionados.

Para compor este trabalho, foi efetuada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica relevante que verse sobre o tema. Para isso, será necessária a pesquisa em bases de dados, livros, artigos, bem como em periódicos, com a finalidade de ressaltar a importância da difusão nos arquivos e definir conceitos chave como, por exemplo, as funções de instituições arquivísticas e a difusão cultural, educativa e editorial.

Além da análise teórica, a pesquisa documental foi executada em dois momentos. Primeiro, para identificar quais instrumentos normativos as instituições que fazem parte do campo empírico possuem que determinam as diretrizes para a disseminação dos seus acervos e a existência de um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. Em um segundo momento, esta metodologia buscou investigar, nos websites oficiais e nos relatórios anuais de atividades dos arquivos públicos estaduais do Sudeste do Brasil, quais serviços de difusão são realizados nessas instituições (remotamente ou não).

Por fim, com o intuito de organizar as informações, este artigo está estruturado por esta introdução e mais quatro seções. Na seção dois, com base na literatura, estão apresentadas algumas definições sobre difusão em arquivos. Na sequência, será o momento de discorrer sobre as ações de difusão e o papel do arquivista. Já na seção quatro, estão expostos os resultados encontrados, analisando os sites oficiais e os

relatórios anuais dos arquivos que fazem parte do campo empírico desta pesquisa. E, por último, foram apresentadas as considerações finais.

## 2 DIFUSÃO EM ARQUIVOS

De acordo com Bellotto (2014, p. 133, grifo nosso), são responsabilidades dos arquivos: “reunir, organizar, conservar e **tornar acessíveis as informações contidas nos documentos** que deles fazem parte” para que, com isso, possam “servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia”. Esta afirmação demonstra a centralidade da questão do acesso, peça chave para o funcionamento do arquivo.

Nesse sentido, Schellenberg (2006, p. 345) enfatiza que “a finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos de valor e torná-los acessíveis à consulta”. Em seguida, o autor descreve as atividades dos arquivos relacionando-as com a finalidade de sempre dar acesso e facilitar a busca aos usuários.

Organiza-os de tal modo que o arranjo que satisfaz as necessidades oficiais satisfará também a pesquisa erudita; descreve-os nos instrumentos de busca de maneira que o conteúdo e caráter dos documentos se tornem conhecidos; intercede junto às administrações para que suspendam restrições, liberando os documentos à consulta; facilita o acesso aos documentos em condições que satisfaçam tanto aos funcionários como ao público em geral, colocando-os igualmente à disposição de ambos (SCHELLENBERG, 2006, p. 345).

Garantir o acesso aos documentos é primordial para o bom funcionamento da instituição. Por isso, é necessário refletir sobre as práticas de difusão que podem ser realizadas nos arquivos. Conforme Vaisman (2021, p. 12), entende-se por difusão “as ações promovidas pelos arquivos com o objetivo de tornarem-se mais próximos das comunidades onde estão inseridos”, a fim de alcançar um público que normalmente não frequenta essa instituição.

Em 2017, Vaisman, juntamente com Moura, já apresentava a importância do debate sobre a visibilidade social dos arquivos. Para as autoras, as ações de difusão consistem em estratégias essenciais para garantir a visibilidade dos acervos, funcionando como “caminhos para que a sociedade reconheça a função social dessas instituições para além da sua função primordial de recolhimento, preservação e organização de fundos e coleções documentais” (MOURA; VAISMAN, 2017, p. 149).

É essencial que a difusão possua seu espaço nas discussões da área, já que esta constitui um elemento estratégico e norteador “para potencializar a visibilidade dos arquivos e a imagem dos arquivistas” (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2020, p. 146). O



mesmo é confirmado por Rodrigues e Gomes (2021), que consideram a difusão uma função relevante na Arquivologia, na qual as ações de divulgação permitirão intensificar o acesso à informação e a disseminação da cultura e do conhecimento dos usuários nesses ambientes.

Para Rodrigues e Gomes (2021, p. 65) a difusão dos acervos

proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de criação contribui para alargar o seu valor social e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir dos arquivos, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

É necessário que se tenha em mente que, através da difusão, os indivíduos conhecerão os documentos que fazem parte dos arquivos. Conforme Barbosa e Silva (2012, p. 46) “é por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo”. As autoras ainda destacam que a relevância da difusão

está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46).

As ações de difusão têm um papel importante na concepção do arquivo para a sociedade. Com isso, Barbosa e Silva (2012, p. 46) apontam que elas “devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental”. Pode-se dizer que “o arquivo é a ‘consciência histórica’ da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo” (BELLOTTO, 2006, p. 228).

A seguir serão apresentadas as possibilidades de atividades dos arquivos. Será utilizada como base a perspectiva apresentada pela Bellotto (2006), que afirma que existem três formas de difusão nos arquivos: a editorial, a cultural e a educativa. Com isso, serão levantadas bibliografias que discorrem sobre esses serviços de difusão, com o enfoque principalmente nas duas últimas.

### 3 AÇÕES EDITORIAIS, CULTURAIS E EDUCATIVAS E O PAPEL DO ARQUIVISTA

Nesta seção, serão apresentadas as ações de difusão que podem ser realizadas pelos arquivos, conforme mencionado anteriormente. Iniciando a discussão com as atividades editoriais, é importante indicar que ela não é nova nas instituições arquivísticas e, por muito tempo, serviu como forma de preservar o documento. Segundo Barbosa e Silva (2012, p. 50), a publicação de livros ou periódicos, além de fazer parte da política de difusão dos acervos, também era considerada “uma ação do âmbito da prevenção, da sobrevivência da informação contida em tão frágil suporte físico como o papel”. Como a concepção de ações de conservação e restauração dos documentos ainda era incipiente no início do século XX,

passar para material impresso – livros ou periódicos – era uma solução viável, se não a única, para garantir a manutenção das informações em sua integridade formal, promovendo a preservação da memória às novas gerações (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 50).

É essencial mencionar que esses serviços são considerados importantes, em virtude das publicações serem “canais comunicantes com o exterior, pois levam à comunidade, à administração e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas dos arquivos” (BELLOTTO, 2006, p. 229).

Diante disso, é indispensável a difusão editorial nos arquivos. Conforme Bellotto (2006, p. 229), é através dela que o arquivo poderá “atrair novos usuários e fazê-los compreender o que [o arquivo] é e o que representa”. Por fim, é necessário destacar que a publicação deve ser considerada uma das atividades principais dos arquivos “e não como ação de segunda categoria”, sendo “a atividade editorial como uma forma de divulgação e projeção institucional” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 56).

Assim como a difusão editorial, a difusão cultural também deve ser apontada como uma das prioridades nas atividades dos arquivos. Segundo Galdino e Ávila (2012, p. 4), “não adiantaria ter um arquivo em uma ótima dimensão estrutural e não ter usuários para realizar pesquisas e usufruir dos serviços e atividades oferecidas”. Nesse sentido, é importante que a difusão cultural seja “organizada e realizada com vistas a tornar o arquivo conhecido, para que ele deixe de servir apenas a ‘elite’ – pesquisadores/historiadores, e possa também ser útil a população comum” (GALDINO; ÁVILA, 2012, p. 7).

Conforme Bellotto (2006, p. 228), a difusão cultural conta com duas vias complementares de atividades. São elas: “a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que



permite o retorno dessa política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”. Com isso, será através da difusão cultural que se dará o encontro entre o arquivo e a sociedade, sendo dever dos arquivistas e das autoridades realizar esse encontro (GALDINO; ÁVILA, 2012).

Santos e Borges (2014, p. 314) enfatizam que a ação cultural é o “serviço responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o fim de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras”. Esta ideia também pode ser vista no dicionário da Associação dos Arquivistas de São Paulo, o qual afirma que o serviço cultural está “destinado a promover a divulgação do arquivo junto à comunidade, através de publicações, exposições, cursos, conferências e outras atividades” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76).

Bellotto (2006, p. 228) destaca que as atividades culturais realizadas nas instituições arquivísticas brasileiras são “principalmente palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre temas de história geral do Brasil e história regional. Tem também patrocinado simpósios, congressos, jornadas e reuniões”. No entanto, para a autora, os arquivos brasileiros podem fazer mais do que o habitual e cita exemplos das atividades que já ocorrem em outros países e que obtiveram ótimos resultados na difusão dos arquivos.

Dentre as atividades destacadas por Bellotto (2006), é relevante enfatizar algumas, sistematizadas no quadro abaixo.

**Quadro 1** – Atividades de difusão cultural realizadas em diversos países

Nomes	Descrição
<b>Os quinze minutos de cultura<sup>3</sup></b>	Trata-se de uma atividade que ocorre na França, em que algum grupo documental de interesse mais popular é comentado pelos arquivistas no Museu de História da França, que é um anexo dos <i>Archives Nationales</i> . Esses eventos ocorrem na hora do almoço, atraindo trabalhadores das proximidades.
<b>Documento do mês</b>	Exposição no saguão do arquivo sobre algum fato importante, paralelamente à sua apresentação comentada em transmissões radiofônicas. Essa prática de comentar documentos em rádio e televisão tem causado bons

<sup>3</sup> *Le quart d'heure de culture*



	resultados na Rússia, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Espanha.
<b>Turismo</b>	Atividade desenvolvida pelos alemães, que consiste na colaboração dos arquivistas com o turismo cultural e com a realização de filmes, redação, correção de notícias históricas em seus folhetos publicitários ou para a sinalização de monumentos.
<b>Espectáculo luz e som</b>	Participação dos arquivistas na seleção, montagem e apresentação dos textos para o espetáculo, assim as apresentações serão mais enriquecedoras e maior será o retorno tanto aos arquivos quanto para as próprias entidades promotoras de turismo.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Bellotto (2006, p. 228-240).

No caso do serviço educativo, ele também não é recente. Conforme apontado por Koyama (2015), em 1890 o Ministério da Educação francês já citava o uso dos documentos no ensino da História. E, a partir da década de 1950, o uso dos documentos já era indicado formalmente pelo Ministério da Educação francês para uma metodologia ativa, na qual os estudantes utilizavam o material na pesquisa histórica.

Além disso, foi também em 1950 que surgiram as primeiras ações educativas nos arquivos da França. No contexto do Brasil, o ensino de História com documentos passou a ser discutido nas propostas de ensino que surgiram nos debates dos pesquisadores-professores, na década de 1980 (KOYAMA, 2015). Era recomendado para os docentes nesta época, elaborar metodologias e atividades com documentos arquivísticos. E “a partir das reformas curriculares de ensino de História dos anos noventa, a leitura de documentos tornou-se oficialmente um dos objetivos da aprendizagem no ensino fundamental e médio” (KOYAMA, 2015, p. 46).

É relevante enfatizar que nem sempre a difusão consiste em ação educativa. De acordo com Rodrigues e Gomes (2021, p. 66) “para que se constitua como tal é preciso que haja um processo de aprendizagem, pois, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro não é a aprendizagem)”. Logo, a difusão educativa tem o intuito de possibilitar a troca de conhecimento com o usuário.

Será, principalmente, através da oralidade entre os arquivistas e os usuários que será realizado o processo de ensino e aprendizagem. Pizani e Oliveira (2017) trazem as ideias de Paulo Freire e, dentre elas, que será por meio do diálogo que se dará a



libertação e conscientização dos indivíduos em suas relações com os outros e com o mundo. Ainda conforme os autores, “o diálogo no processo de ensino e aprendizagem é imprescindível, pois o mesmo possibilita a interação sociocultural entre os sujeitos envolvidos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Com isso, é necessário que o arquivo seja compreendido como um espaço de diálogo, no qual são realizadas atividades educativas, visando o aprendizado, onde os profissionais dialoguem com os usuários. Para além disso, “o serviço educativo deve fazer parte da estrutura organizacional de um arquivo como algo efetivo e sistemático” (RODRIGUES; GOMES, 2021, p. 66). Gomes, Monteiro e Costa (2012, p. 15) destacam que “os arquivos públicos são órgãos responsáveis pelo fomento e promoção de ações educativas”, então seu dever é tornar o acervo “acessível aos alunos, gerando cidadãos conscientes da importância da preservação de sua história”.

Conforme indicado por Bellotto (2006, p. 230), a utilização dos arquivos também para o público escolar irá “propiciar benefícios didáticos surpreendentes”. Assim, será possível que o aluno, através dos arquivos, conheça a sua história e a do ambiente onde vive, desenvolvendo “nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia” (BELLOTTO, 2006, p. 240). Ou, como mencionaram Barbosa e Silva (2012, p. 57), através das ações educativas os arquivos serão capazes de “difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade”.

Conectar os arquivos às escolas possibilitará ampliar o público que frequenta e reconhece a importância dos arquivos. Isso é essencial para obter o suporte social e assegurar a existência e a continuidade dos acervos. Para Koyama (2015, p. 50-51) “essa ampliação traria a garantia de continuidade de recebimento de recursos financeiros pelos arquivistas e também a segurança da preservação da documentação arquivística”.

O entendimento do arquivista com relação ao seu papel enquanto mediador da informação aos usuários também é extremamente significativo na construção social dos arquivos. É necessário que este profissional realize uma educação problematizadora e libertadora, conforme as concepções de Paulo Freire. Ao realizar um paralelo entre as ideias de Freire e as ações realizadas nos arquivos, podemos considerar o arquivista como o educador, já que existe uma função pedagógica inerente na troca de conhecimento que se estabelece no decorrer das ações educativas, além do arquivista ser o profissional que conhece os arquivos onde trabalha. Por outro lado, o educando pode ser apontado como o usuário que vai ao arquivo com o intuito de encontrar alguma informação de que necessita ou para

participar de alguma atividade educativa. Neste contexto, ambos crescem juntos através do diálogo e não existem mais os argumentos de autoridade.

Conforme Pizani e Oliveira (2017, n.p), na concepção de Freire

o professor deve propor uma educação problematizadora, que leve o educando ao desvelamento do mundo e da realidade. A educação problematizadora proposta por Freire, leva o educando ao desafio, e quanto mais o fazem, provocam novos desafios. Nesse sentido o professor também é desafiado, pois o mesmo não é o único detentor do conhecimento e deve buscar manter a característica de um constante pesquisador.

Assim, fica clara a relação entre o professor e o arquivista, já que este último deve instigar os usuários que frequentam os seus acervos a problematizarem as informações que encontram nos documentos. Assim, é possível que tanto o consulente quanto o profissional sejam desafiados, e, conseqüentemente, assim como o professor, o arquivista se torna 'um constante pesquisador'.

É necessário que nos arquivos também exista a mediação pedagógica, que segundo Santos Neto e Bortolin (2020, p. 150) é "quando os arquivistas ensinam e aprendem com a comunidade e vice-versa. Os cidadãos poderiam assim, reconhecer a presença/importância do arquivo em suas vidas". Com isso, é essencial mencionar que um diálogo "carregado de significações, amor, respeito e fé nos homens é o caminho para um processo de ensino e aprendizado eficaz e eficiente, capaz de proporcionar a transformação social e cultural dos indivíduos" (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Para Ocaña Lacal (2012) o arquivista é considerado a peça-chave num sistema transparente. Esses profissionais estão deixando, gradativamente, de ser considerados como meros guardiões "do passado para então localizá-los como mediadores ativos e conscientes de seu papel de formadores da memória coletiva da sociedade. Memória essa que tem propósitos variados, como o de proteção da cidadania, do cidadão e dos direitos humanos" (ASSIS, 2017, p. 50).

Além disso, conforme Duff (2016, p. 172), a missão do arquivista moderno é garantir que as pessoas usem os documentos de arquivo de forma eficiente, sendo o responsável por facilitar a sua utilização. Segundo Jardim e Fonseca (2004), é cada vez mais nítido que os "arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes". O mesmo pode ser observado em Galdino e Ávila (2012, p. 11, grifo dos autores) que enfatizam que os arquivistas "devem sair do arquétipo '**arquivos direcionados para arquivistas**' para o modelo '**arquivos direcionados para os usuários**'". Com isso, é importante que o profissional repense suas ações e considere esta nova realidade.



Cabe ao arquivista ser o responsável pela comunicação entre o arquivo e a sociedade, bem como, pela promoção de debates sobre diversos assuntos que são necessários na atualidade, visto que “a informação é essencial para uma democracia eficiente e, portanto, efetiva” (HARRIS apud JIMERSON, 2007, p. 20, tradução nossa). No entanto, vale enfatizar que, para que o profissional realize tais ações, é primordial a existência de políticas institucionais efetivas, desde sua implementação até a avaliação, a fim de buscar ações mais próximas à sociedade, além de apoios financeiros e humanos, por exemplo. Assim, será possível sustentar a execução de atividades voltadas à sociedade.

Desta forma, o arquivista, enquanto ponte entre os documentos e os consulentes, tem um papel importantíssimo para a disseminação da informação. O profissional “de hoje, não é mais o ‘guardador de papéis’, ‘o tirador de poeira’, muito menos ‘o dono da informação’ [...]. Em outras palavras, nesta nova realidade estamos diante de um ‘mediador cultural’” (GALDINO; ÁVILA, 2012, p. 16).

Diante do que foi apresentado nesta seção, fica evidente que é fundamental que os arquivos e os arquivistas, a fim de cumprirem a sua função social, compreendam a relevância de realizar atividades com constância em suas instituições. De acordo com Santos e Borges (2014, p. 314-315), é primordial que não sejam promovidas apenas atividades temporárias, mas também sejam implementados “programas sistemáticos, que consistem na produção contínua de atividades culturais e educativas capazes de atrair o usuário para o potencial cultural do arquivo”.

#### **4 RESULTADOS ALCANÇADOS**

Para análise desta pesquisa, foram investigadas as quatro instituições arquivísticas estaduais localizadas no Sudeste do Brasil (APESP, APEES, APERJ e APM). Primeiro buscou-se identificar a existência de um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas, com base na estrutura e na competência dos arquivos e, em seguida, foi apurada a presença de instrumentos normativos, mais precisamente, políticas voltadas para atividades de difusão. E, por último, foram analisados os relatórios anuais de atividades e os websites oficiais dos arquivos, com a intenção de mapear as ações de difusão que ocorreram dentro do recorte cronológico (2018 até 2021). É importante também mencionar que as informações não encontradas nos meios indicados anteriormente, foram solicitadas às instituições via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão).

Durante a investigação, foi possível constatar que o APESP é o único arquivo que possui um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. A instituição conta

com o Núcleo de Ação Educativa, subordinado ao Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, que possui como atribuição elaborar programas de ação educativa, desenvolver materiais de apoio pedagógico, promover oficinas e visitas monitoradas de estudantes e professores de instituições de ensino.

Já nos outros arquivos analisados, não foram identificados setores responsáveis exclusivamente pelas atividades educativas. Um setor que seja responsável exclusivamente por tais atividades, é essencial para concentração de profissionais que se dedicarão a pensar, planejar e executar atividades educativas nos ambientes dos arquivos e fora deles.

No que diz respeito à política de difusão, também foi constatado que apenas o APESP possui tal documento, no Plano Diretor do APESP. Este documento, publicado em 2019, tem como objetivo orientar as estratégias de atuação e promover o fortalecimento da instituição a longo prazo. Além disso, nele são apresentadas 9 políticas, dentre elas a Política de Potencialização das Ações de Difusão. Nesta política são indicados os objetivos, as diretrizes, os produtos e os públicos de difusão, bem como, a política editorial e a agenda anual de difusão do APESP.

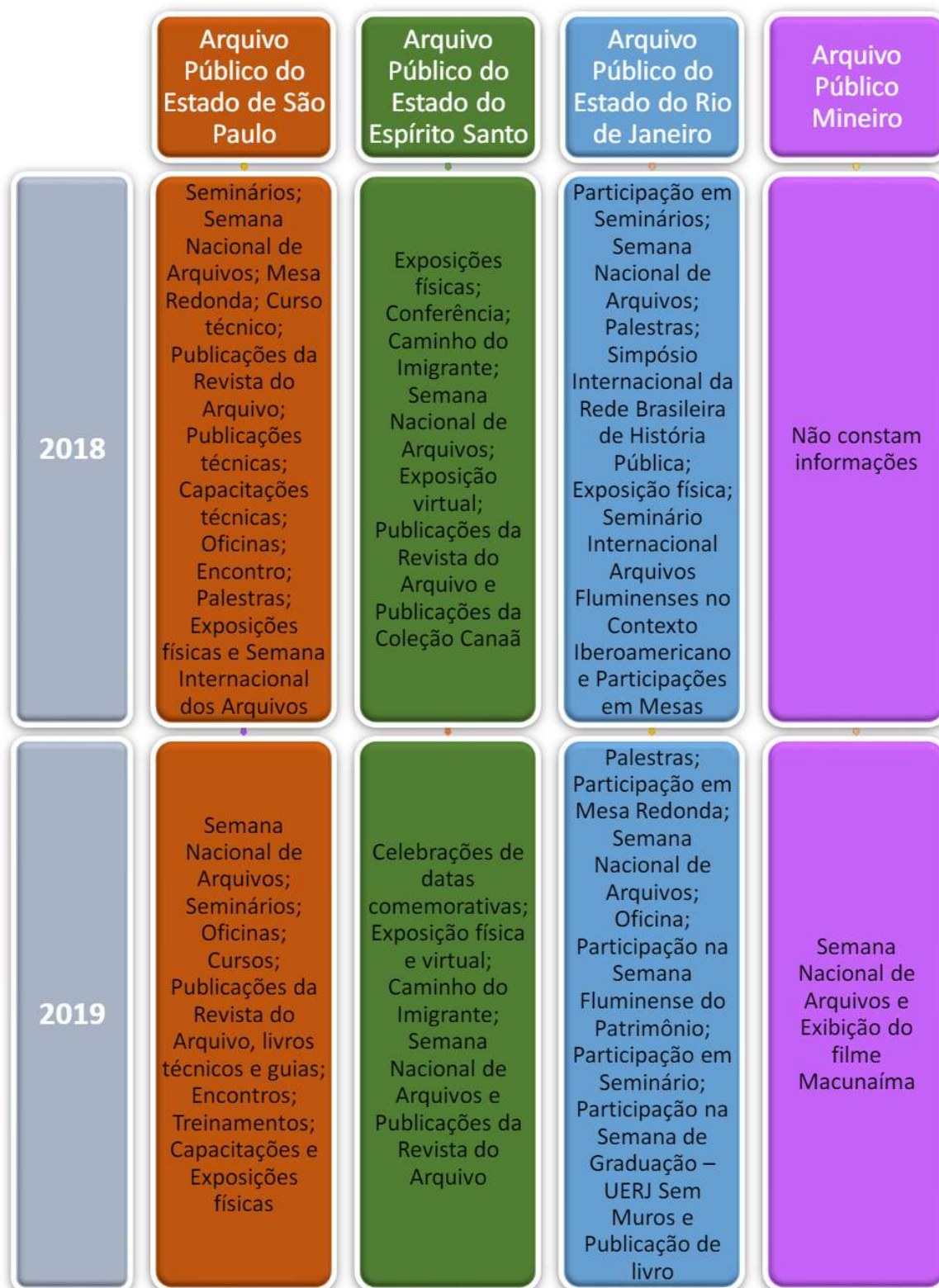
Os outros arquivos analisados, além de não possuírem setores voltados exclusivamente para as ações educativas, também não possuem tal política. A ausência deste instrumento compromete a tomada de decisão e o estabelecimento de diretrizes que promovam o acesso aos acervos, sendo uma problemática para os arquivistas, que por sua vez não possuem tal instrumento como base para suas ações.

Após identificar as informações acima, foram analisados os sites oficiais das instituições e os relatórios anuais de atividades, com o intuito de verificar quais atividades de difusão foram realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro entre os anos de 2018 até 2021. Assim, foi possível identificar o que se manteve e o que mudou neste tempo.

Para ilustrar a investigação realizada, será apresentado a seguir um quadro com um resumo das atividades de difusão localizadas. A intenção é que os dados sejam exibidos de forma condensada, visto que apresentar individualmente as atividades de cada arquivo ficaria muito extenso e exaustivo para um artigo.



**Figura 1** – Resumo das atividades de difusão do campo empírico



	Arquivo Público do Estado de São Paulo	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Arquivo Público Mineiro
2020	Seminários; <i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos; Publicações da Revista do Arquivo e Encontros	<i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos; Publicações da Revista do Arquivo e Exposição virtual	Participação em palestras; Participação na Semana Fluminense do Patrimônio; Participação em Mesas Redondas; Participação em <i>Lives</i> e Seminários	Exposição Virtual; Semana Nacional de Arquivos; <i>Live</i> e Palladium Projeta
2021	<i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos, Publicações da Revista do Arquivo, Publicação Técnica, Exposição virtual; Seminário Gestão Documental; Seminário de Acesso à Informação; Semana Internacional de Arquivos e Oficinas	<i>Lives</i> ; Exposição física; Semana Nacional de Arquivos; Publicação da Coleção Canaã e Publicação da Revista do Arquivo	<i>Lives</i> ; Exposição física; 90 Anos do APERJ e Seminário Arquivos Municipais Fluminenses	Palladium Projeta e Semana Nacional de Arquivos

Fonte: elaborado pela autora



A partir do quadro apresentado, é possível realizar algumas considerações pertinentes para cada instituição analisada. No APESP foram constatadas atividades pertinentes para a área, com cursos, treinamentos e oficinas que auxiliam na qualificação dos arquivistas. Além disso, diversos eventos realizados pelo APESP estão relacionados com a Semana Nacional de Arquivos - SNA. Sendo assim, é importante mencionar que a SNA é uma parceria entre a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Arquivo Nacional que busca

ampliar a visibilidade dos arquivos perante a sociedade e garantir o cumprimento do Plano Nacional de Cultura, de promoção e proteção da diversidade cultural brasileira. O evento também vai ao encontro das metas estabelecidas no Plano Setorial de Arquivos (2017 – 2027), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos, em 2016. O intuito dessas metas é divulgar a importância dos arquivos para a sociedade, atuando como instrumento facilitador do acesso à informação, de modo a apoiar o cidadão na defesa dos seus direitos e a incentivar a produção de conhecimento científico e cultural, com eventos em todo o país na semana em que se celebra o Dia Internacional dos Arquivos (BARCELLOS, 2020, p. 62).

No APESP os eventos ligados à SNA estão presentes nos quatro anos analisados, sendo destaque nos três últimos anos. Em 2018 ocorreu apenas uma atividade na 2ª SNA. Já em 2019, dos 7 eventos realizados, 4 estavam inseridos na 3ª SNA. Em 2020 também foram 4 eventos com a participação do APESP na 4ª SNA. E, em 2021, dos 14 eventos executados pelo APESP, 11 estavam na programação da 5ª SNA.

No caso do APEES, a imigração no Espírito Santo é um dos temas mais constantes nas ações de difusão. Esse assunto se insere em diversas atividades, por exemplo, em temas de publicações, em debates organizados pelo Arquivo (presenciais e lives) e no Caminho do Imigrante.

Vale destacar que o Caminho do Imigrante é uma atividade organizada pelas prefeituras de Santa Teresa e Santa Leopoldina, com o apoio do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Esta ação tem como objetivo realizar um passeio de 30 quilômetros pelas montanhas capixabas, com o intuito de rememorar os trajetos percorridos pelos primeiros imigrantes no Espírito Santo. No entanto, por conta da pandemia da COVID-19, o evento precisou ser cancelado em 2020 e em 2021.

Além dos assuntos voltados para imigração, também é interessante destacar as publicações da linha editorial do APEES, denominada Coleção Canaã, que publica e reedita obras consideradas relevantes para história do Espírito Santo.

Assim como ocorreu no Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Semana Nacional de Arquivos também esteve presente em diversas atividades do APEES. Em



2018 foram realizadas quatro atividades relacionadas à SNA. Já em 2019 não foram informadas quais ações de fato ocorreram, apenas que o APEES participou da 3ª SNA. Em 2020, foram três atividades realizadas na 4ª SNA. E, em 2021, foram duas atividades realizadas na 5ª SNA. Com isso, nos quatro anos analisados para este trabalho, constatou-se que a instituição participou de aproximadamente 10 atividades em tal evento.

No APERJ, foi observado que a maior parte das ações de difusão indicadas pela instituição são realizadas através do corpo de funcionários em participações em eventos organizados ou sediados por outras instituições. Uma pequena parcela ocorreu, de fato, nos espaços do Arquivo. No que diz respeito às publicações, não foi localizada nenhuma revista do APERJ.

A Semana Nacional de Arquivos também esteve presente nas atividades desta instituição, sendo quatro atividades realizadas tanto no ano de 2018 quanto no ano de 2019. No entanto, não foi localizada a participação do APERJ na SNA ocorrida no ano de 2020 e no ano de 2021. Para se confirmar tal investigação, foi questionado, via e-SIC, sobre a ausência do Arquivo no evento e constatou-se que a instituição realmente não participou nos dois anos mencionados acima. Além disso, em 2021, muitos eventos ocorreram em comemoração aos 90 anos do APERJ, proporcionando diversos debates pertinentes ao Arquivo.

Já durante a investigação no APM, não foram localizadas ações de difusão no ano de 2018. Para se confirmar tal informação, o Arquivo foi questionado via e-SIC e o retorno foi que não realizaram atividades de difusão do acervo no ano mencionado. Dessa forma, o quadro foi preenchido apenas com as atividades ocorridas entre os anos de 2019 até 2021.

A respeito dos pontos que valem ser mencionados sobre o APM, destacam-se o Palladium Projeta, evento que consistiu na projeção de fotografias pertencentes ao acervo do Arquivo em prédios nas vizinhanças do Sesc Palladium, com o intuito de conectar os moradores aos equipamentos culturais do Estado, enquanto os espaços estavam fechados em decorrência da pandemia. E, também, a presença da SNA nas atividades do APM, que assim como nos arquivos analisados anteriormente, contribuiu para realização de eventos nos três anos analisados, sendo seis em 2019, cinco em 2020 e três em 2021.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da difusão ser uma das funções arquivísticas, foi possível constatar, a partir da pesquisa, que ela ainda não é considerada uma prioridade nos arquivos



públicos estaduais localizados no Sudeste do país. Na bibliografia analisada também se observou que mesmo a difusão sendo uma das principais funções arquivísticas, o foco dos diálogos e pesquisas tem sido realizado majoritariamente em assuntos sobre gestão, preservação digital, entre outros. Apesar de serem temas muito pertinentes à Arquivologia, ainda é preciso que a difusão possua seu espaço na área, em virtude da sua relevância.

Outro ponto que merece destaque foi o desafio que os arquivos enfrentaram em decorrência da pandemia da COVID-19. Durante a análise das informações adquiridas, constatou-se uma diferença nas atividades que eram realizadas pelas instituições antes e durante a pandemia. Como exemplo, podemos sinalizar a transformação de muitas atividades para um novo formato: as lives. Tais atualizações foram necessárias e isso demonstra a preocupação dos arquivos em continuar realizando suas atividades, mesmo que distantes fisicamente.

Esse estudo também permitiu que fossem levantadas as atividades que são realizadas pelas instituições. Assim, é inegável a relevância da SNA na promoção de atividades nas instituições arquivísticas, já que proporcionou diversos eventos durante o recorte cronológico desta pesquisa. Entretanto, verificou-se a ausência de instituições relevantes na SNA, como por exemplo, a ausência do APERJ por dois anos consecutivos. Tal evento, como já mencionado neste trabalho, além de incentivar a produção do conhecimento científico e cultural, também contribui na divulgação do arquivo. Portanto, é imprescindível a participação de todas as instituições.

Vale evidenciar que poucas atividades, dentre as realizadas pelo campo empírico, são voltadas para o público leigo. O que se pôde perceber é que, em sua maioria, as ações dialogam com os profissionais da área ou afins, como os bibliotecários e os historiadores, por apresentarem assuntos para quem já está familiarizado com a Arquivologia. As atividades para estes profissionais são importantes, só que é necessário que a instituição também se dedique para alcançar outros tipos de usuários.

Observou-se, desta maneira, que apesar da difusão ter como uma de suas características instigar a sociedade a conhecer e frequentar os arquivos, tais atividades se fecham para os profissionais que já os conhecem ou frequentam. Ou seja, as ações deixam de ter também como foco o público que desconhece uma instituição arquivística e a sua relevância.

Dessa forma, a difusão ao invés de ser uma ferramenta de projeção para a sociedade, atraindo novos usuários, continua sendo identificada como um espaço restrito para uma pequena parcela da sociedade. Vale ressaltar que, se o indivíduo não reconhece o ambiente do arquivo como seu por direito, isso afeta a sociedade

democrática, que permanece sem o acesso à informação e sem noção de identidade, de memória e da sua história.

Por fim, é necessário que a difusão seja mais abordada na área, entre os próprios arquivistas, e, principalmente, durante a graduação em Arquivologia. Assim, será possível que discussões sobre o tema sejam consideradas pertinentes já na formação dos futuros profissionais, permitindo que eles reflitam sobre suas atuações no campo de trabalho. Espera-se também que esta pesquisa sirva como base para outros autores que discorrem sobre tal temática, instigando novas literaturas sobre um assunto que ainda é tão pouco abordado.

Da mesma forma, a expectativa é que este estudo auxilie na divulgação dos arquivos analisados e dos eventos que eles promovem, possibilitando o reconhecimento das atividades que costumam ser realizadas pelas instituições. Tem-se também como expectativa, que este trabalho sirva como um material de referência para outras instituições que tenham interesse em promover ações semelhantes, servindo como ponto de partida para tais planejamentos.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, João Marcus Figueiredo. Arquivos: produções e reapropriações de sentidos. **Observatório Itaú Cultural**. Memórias, resistências e políticas culturais na América Latina. (maio/nov. 2017). São Paulo: Itaú Cultural. 2017.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.

BARCELLOS, Bruna Gomes Borges. **Difusão cultural e educação patrimonial em arquivos**: a Semana Nacional de Arquivos e as ações educativas do Arquivo Nacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15482>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. 3 ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.



DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

GALDINO, Suellen Barbosa; ÁVILA, Rodrigo Fortes de. A difusão e a “pós-difusão” cultural como estratégia de disseminação dos serviços de arquivo. In: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno Vinícius da Silva; COSTA, Alinne Pereira da. Arquivo e escola: a contribuição da internet na difusão das práticas educativas. In: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, 2004.

JIMERSON, Randall C. Archives for all: Professional Responsibility and Social justice. **The American Archivist**, v. 70, 2007

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online**: ação educativa no universo virtual. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

MOURA, Leila Estephânio de; VAISMAN, Priscila Soares. Exposição: um instrumento para difusão cultural de acervos arquivísticos. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**, v. 2. São Paulo: ARQ-SP, p. 138-150, 2017.

OCAÑA LACAL, Daniel. “Ser o no ser”: el archivero entre el derecho de acceso y la protección de la información. **TABULA**, n. 15, p. 149-184, 2012.

PIZANI, Izabel Cristina Micheline; OLIVEIRA, Rogério Eduardo Cunha de. O diálogo no processo de ensino e aprendizagem de acordo com Paulo Freire e Lev Vygotsky. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 16, 2017.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Arquivologia e Educação: múltiplas abordagens. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 63-87, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5628/5192>. Acesso em 02 abr. 2023.

SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA**. Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação e difusão em arquivos: interrelações teóricas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VAISMAN, Priscila Soares. **Difusão em arquivos**: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições. 134f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) - Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

---

Recebido em 11/08/2023

Aprovado em 25/09/2023



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>